

SARNEY, JOSÉ

Ler e ouvir

26 OUT 1986
JORNAL DO BRASIL

Juarez Bahia

020 OUT 1986

PROVAVELMENTE Foreign Affairs terá passado sob os olhos do presidente Ronald Reagan. Se assim foi, podemos supor que ele tenha lido A President's Story, da lavra do seu colega José Sarney, elaborada para a revista norte-americana e útil para tirar o gesso das relações Brasil-Estados Unidos.

Da mesma forma seria desejável que os constituintes que sairão das eleições de 15 de novembro conhecessem o pensamento de Sarney ali exposto. Pois, na pobreza do momento constituinte que vivemos — se a isso que aí está se pode chamar assim — convém não perder de vista a dívida externa.

Sarney expõe fatos que se somam ao que considera necessário dizer publicamente. Desde pequenos incidentes até o que cabe qualificar como diretrizes de uma posição de altivez na negociação da dívida, algo que não chega a ser doutrina, mas que já é uma enunciação.

E por que Reagan deveria estar informado disso? Talvez porque os Estados Unidos sempre tiveram uma dificuldade essencial — aquela conhecida irrisão histórica — para compreender os seus parceiros latino-americanos, de modo particular o Brasil.

Sarney classifica o ruído existente nas relações entre nossos países — os que convivem no hemisfério — como falta de tato. E relaciona queixas. Contudo, Washington se tem mostrado um mau ouvinte. Quase sempre confunde questionamentos com lamúrias ou mãos estendidas.

Reagan tem o direito de desconfiar de petardos nacionalistas como este: "Não pagaremos a dívida com a fome de nosso povo." Isso, antes, podia soar como demagogia, mas não neste fim de milênio. Não se trata de um discurso em La Paz. Disparada de Brasília, a frase tem sentido real.

A Administração Reagan, de modo geral, estaria hoje mais bem informada sobre os problemas da América Latina e especificamente do Brasil, se tivesse lido atentamente um documento de 82 — o Diálogo Interamericano — patrocinado pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars.

Delinea a encruzilhada das Américas com uma antecedência razoável e tendo por objeto fatos que, à exceção da guerra das Malvinas, ainda permanecem insolúveis, como a questão da América Central, os revezes econômicos do comércio bilateral e a dívida externa.

"O Hemisfério Ocidental enfrenta hoje os mais sérios desafios desde a Segunda Guerra Mundial, ou talvez até desde a Grande Depressão", afirma o prefácio do documento de 82. Isso mudou, em substância? Não, o endividamento aumentou, a crise se ampliou, agravou-se.

Por quê? Basicamente porque os países latino-americanos e, em especial, o Brasil, são exportadores de capital agora mais do que antes. Em seis anos, de 80 até hoje, os brasileiros remeteram de renda líquida para o exterior 64 bilhões de dólares, 56 bilhões dos quais em juros.

A nação trabalha e, apesar disso, empobrece. Produz, mas não vence a carência, o atraso. Honra o que deve, paga

regularmente, mas compromete a renda nacional, alarga o déficit público e ainda conserva o título de maior devedor.

Esta situação não é diferente nos outros países. Nesse breve período, inestimáveis mudanças políticas, econômicas e sociais produziram efeitos notáveis na América Latina. O mais significativo, de todos, a nova era de liberdade e democracia.

Contudo, como pretender conciliar esse avanço com uma renda individual baixa, extensos bolsões de miséria, demandas reprimidas e um sonho de prosperidade sistematicamente bloqueado? Os especialistas do Diálogo Interamericano diziam: "Chegou o momento de falar." Chegou, sobretudo, o momento de Washington ouvir.

É possível que, se souberem ouvir, os Estados Unidos ainda tenham tempo de reverter o seu papel neste hemisfério. De um discutível líder para um integral parceiro. É, aliás, o que resta a Washington de digno e próprio nas suas relações com os vizinhos latino-americanos.

Como parceiros, Estados Unidos, Brasil e os demais países só podem encontrar posições convergentes. Nos últimos decênios, temos sido apenas participantes de uma caçada em terreno pantanoso, movediço. Nesse chão incerto, a vítima fatal é a caça, mas o caçador pode perder mais munição do que imagina.

O ritmo atual de transferência de recursos líquidos da América Latina para seus credores externos é de 30 bilhões de dólares por ano. De 1982 para cá, a renda líquida latino-americana remetida para fora é de 100 bilhões de dólares. Uma sangria incontrolável.

A diferença entre a advertência do Diálogo Interamericano de 82 e a recomendação de altivez feita por Sarney aos negociadores brasileiros, é que naquela época falava-se de uma crise imediata e hoje fala-se dos efeitos que ela já causa. Uma ameaça à viabilidade do Brasil na passagem do século.

Então, o FMI não abria mão da "condicionalidade" e os países devedores demonstravam apenas impaciência. Hoje, convencidos de que não podem ir além do que é política e economicamente viável, países como o Brasil não se declaram em insolvência, todavia se recusam a saldar a dívida nos termos ortodoxos da cobrança.

A mudança está na nova consciência de poder que incompatibiliza a exportação de capitais com a autonomia nacional e que gera o impulso moral de resistir à estagnação e ao condicionamento. É o conteúdo da altivez de que fala o Presidente Sarney, pensando em parceria e não em submissão.

Se o presidente Reagan for capaz de compreender esta posição do Brasil poderá evitar, em relação à dívida, atitudes como a de 82 que incompatibilizaram os Estados Unidos com seus vizinhos e que geraram neles rejeição formal à política de Washington para a América Central. O Brasil, afinal, merece ser melhor estudado.

Os representantes que tomarão assento na Constituinte também devem ler o artigo de Sarney em Foreign Affairs, ao menos para sentir o quanto se relaciona a tarefa de uma nova Constituição com o equacionamento da posição brasileira em face da renegociação da dívida. De seu ânimo de independência e de modernização depende o nosso salto para o terceiro milênio.